



CÂMARA MUNICIPAL DE TAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

Rua Paranaguá, 528 – Cx. P. 02 – CEP 87830-000

E mail: cmtapira@yahoo.com.br

Fone-Fax (44) 3679 1076

CNPJ: 72.540.578/0001-41

PARECER JURÍDICO

PROJETO LEGISLATIVO Nº 009/2025

Assunto: Proibição de suspensão de água e energia em períodos específicos.

Órgão: Câmara Municipal de Tapira – PR

Interessado: Poder Legislativo Municipal

EMENTA: Proibição de suspensão de água e energia em períodos específicos no município de Tapira - PR, e dá outras providências.

I – RELATÓRIO

Chega a esta Procuradoria o Projeto Legislativo nº 009/2025, de iniciativa parlamentar, que pretende proibir a interrupção do fornecimento de água e energia elétrica por inadimplemento nos períodos compreendidos entre 12h de sexta-feira e 8h de segunda-feira, bem como a partir de 12h da véspera de feriados e pontos facultativos.

O projeto ainda determina:

Necessidade de aviso prévio com indicação clara da data do corte;

Que a interrupção só possa ocorrer em horário comercial;



CÂMARA MUNICIPAL DE TAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

Rua Paranaguá, 528 – Cx. P. 02 – CEP 87830-000

E mail: cmtapira@yahoo.com.br

Fone-Fax (44) 3679 1076

CNPJ: 72.540.578/0001-41

Multas e penalidades às concessionárias em caso de descumprimento;

Atribuição fiscalizatória ao Executivo Municipal.

A justificativa apresentada invoca proteção ao consumidor, dignidade humana e segurança jurídica, fundamentando-se na Lei Federal 14.015/2020.

Passo à análise.

II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

2.1. Competência Legislativa e Iniciativa

A Lei Orgânica do Município de Tapira, art. 8 em simetria com o art. 30 da Constituição Federal, assegura ao Município a competência para legislar sobre:

“assuntos de interesse local” (CF, art. 30, I; e 8, I da LOM – capítulo das competências do Município);

b) suplementação da legislação federal e estadual art. 30, II, CF; e 8, II LOM, e consumidores e serviços locais, quando não houver usurpação de competência privativa da União

c) direitos do consumidor, competência concorrente (arts. 24, V e VIII, CF).

O projeto trata de horário e condições para execução de corte de serviços essenciais, tema já regulado por normas federais (Lei 8.987/95, Lei 13.460/17 e Lei 14.015/2020), mas que admite suplementação municipal, desde que



CÂMARA MUNICIPAL DE TAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

Rua Paranaguá, 528 – Cx. P. 02 – CEP 87830-000

E mail: cmtapira@yahoo.com.br

Fone-Fax (44) 3679 1076

CNPJ: 72.540.578/0001-41

não interfira na estrutura administrativa do Executivo; não altere a gestão das concessionárias (STF – Tema 917); não imponha ônus ou gastos diretos ao Município;

Diante da análise constata-se que o projeto não trata de matéria reservada à União em relação aos serviços públicos concedidos.

Portanto, o Município pode legislar sobre o momento em que o corte pode ocorrer, desde que não gere obrigação operacional que descaracterize o contrato de concessão firmado com a Sanepar / Copel.

2.2. Compatibilidade com o Tema 917 do STF

Importante destacar que o STF fixou tese:

“Não usurpa competência privativa do Chefe do Executivo lei que, embora crie despesa, não trate da estrutura ou atribuições da Administração, nem do regime jurídico dos servidores.”

Assim, normas que regulam horários, procedimentos ou condições operacionais voltadas à proteção do consumidor são válidas, desde que não imponham estrutura administrativa nova ou interferência na gestão da concessionária.

O Projeto 009/2025 não cria órgão, função, despesa pública, nem altera o contrato de concessão.

É, portanto, formalmente constitucional.



CÂMARA MUNICIPAL DE TAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

Rua Paranaguá, 528 – Cx. P. 02 – CEP 87830-000

E mail: cmtapira@yahoo.com.br

Fone-Fax (44) 3679 1076

CNPJ: 72.540.578/0001-41

2.3. Compatibilidade com normas federais e estaduais

Compatibilidade com a Lei Federal 8.987/95 (Concessões) que traz regras sobre a concessão dos serviços públicos, onde é permitido o corte por inadimplemento, mas condiciona aviso prévio e tratamento humanizado ao usuário.

Não proíbe que Municípios regulamentem quando o corte pode ocorrer.

2.3.1 Lei Federal 14.015/2020

No mesmo sentido em proteção ao consumidor a Lei Federal 14.015/2020, dispõe sobre a interrupção e o restabelecimento de serviços públicos essenciais, como água e energia elétrica, em caso de inadimplemento.

A lei estabelece regras para a suspensão do fornecimento em caso de inadimplência, reforçando o princípio da continuidade dos serviços públicos.

Prevê que a interrupção só pode ocorrer após notificação prévia ao usuário, garantindo o direito à informação e evitando cortes abusivos

Assim, esta lei serve como fundamento jurídico para projetos municipais que visem impedir cortes abusivos de água e energia, especialmente em situações de vulnerabilidade social.

Vemos que o projeto em análise reforça e especifica horários, sem competir com a lei federal.

2.3.2 Resolução Normativa nº 1.000/2021 Aneel (vigente desde 2022)



CÂMARA MUNICIPAL DE TAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

Rua Paranaguá, 528 – Cx. P. 02 – CEP 87830-000

E mail: cmtapira@yahoo.com.br

Fone-Fax (44) 3679 1076

CNPJ: 72.540.578/0001-41

Consolidou em um único texto as principais regras da Agência para a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Define direitos e deveres dos consumidores, incluindo os procedimentos para suspensão e religação do fornecimento.

Estabelece que o corte só pode ocorrer em caso de inadimplência, com aviso prévio formal ao consumidor

O projeto amplia essa proteção, o que é juridicamente aceitável se não inviabilizar o serviço.

2.4 Análise do conteúdo material do projeto

a) Proibição de corte após 12h da sexta e véspera de feriado é Pertinente, não interfere na estrutura da concessionária e traz o benefício de reduzir o risco social.

O projeto está alinhado à jurisprudência e legislação de defesa do consumidor quando determina o aviso prévio com data exata da interrupção.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já decidiu que o aviso de corte deve seguir a forma prevista pela ANEEL, não podendo ser feito de maneira genérica (por exemplo, apenas via rádio ou meios informais).

A concessionária deve cumprir rigorosamente o procedimento definido pela Agência

O projeto é compatível com as normas Lei nº 8.987/1995, Lei nº 13.460/2017, Lei nº 14.015/2020, Lei nº 8.078/1990), Resolução Normativa nº 1.000/2021 (Aneel)



CÂMARA MUNICIPAL DE TAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

Rua Paranaguá, 528 – Cx. P. 02 – CEP 87830-000

E mail: cmtapira@yahoo.com.br

Fone-Fax (44) 3679 1076

CNPJ: 72.540.578/0001-41

b) O projeto apresenta no artigo 3º o poder fiscalizador do município, estando em conformidade com o art. 30, I e V da CF: O Município pode fiscalizar serviços concedidos, entretanto merece atenção o art. 3º, I que diz:

“I – Multa no valor a ser fixado por Decreto do Poder Executivo Municipal;”

Merece destacar que a multa só pode ser aplicada se dentro dos limites do contrato e regulamento vigente. Neste sentido sugere-se definir o valor mínimo e máximo em lei, deixando o Executivo apenas regulamentar.

2.5 Constitucionalidade material e formal

Não há criação de obrigações financeiras para o Município, afastando qualquer risco de violação ao princípio da responsabilidade fiscal.

Não se verifica alteração na estrutura organizacional da Administração Pública, preservando a competência constitucional do ente municipal.

O projeto não legisla sobre a concessão em si, limitando-se a disciplinar procedimentos de caráter protetivo ao consumidor, o que se insere no âmbito da competência normativa municipal.

Dessa forma, conclui-se que a iniciativa não apresenta vício formal ou material de inconstitucionalidade, sendo considerada constitucional, desde que mantida sua natureza procedimental, sem extrapolar para aspectos de ordem financeira ou estrutural da Administração



CÂMARA MUNICIPAL DE TAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

Rua Paranaguá, 528 – Cx. P. 02 – CEP 87830-000

E mail: cmtapira@yahoo.com.br

Fone-Fax (44) 3679 1076

CNPJ: 72.540.578/0001-41

2.6 PERTINÊNCIA SOCIAL E JURÍDICA

A proposição legislativa revela clara pertinência social e jurídica, na medida em que assegura às famílias a continuidade do fornecimento de serviços essenciais, evitando a permanência de 48 a 72 horas sem acesso a água ou energia elétrica;

Outro ponto relevante coibir práticas abusivas de suspensão indevida de serviços, conduta reiteradamente reconhecida e combatida pelos órgãos de defesa do consumidor;

Inegável que o projeto concretiza o princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da Constituição Federal), fundamento basilar da ordem constitucional, quando mantem os serviços básicos em datas sensíveis.

Diante desses elementos, conclui-se que o projeto apresenta pertinência social evidente e respaldo jurídico, harmonizando-se com os valores constitucionais e com a tutela dos direitos fundamentais dos cidadãos.

III – CONCLUSÃO

Diante de toda a análise jurídica apresentada, esta Procuradoria conclui que o Projeto Legislativo nº 009/2025 é formal e materialmente constitucional, inserindo-se na competência municipal prevista na Lei Orgânica de Tapira art. 8 e no art. 30 da Constituição Federal, por tratar de interesse local e proteção do consumidor.

Encontra-se em plena conformidade com a Constituição Federal, com a Lei nº 8.987/95, com a Lei nº 13.460/2017, Lei nº 14.015/2020, Lei nº



CÂMARA MUNICIPAL DE TAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

Rua Paranaguá, 528 – Cx. P. 02 – CEP 87830-000

E mail: cmtapira@yahoo.com.br

Fone-Fax (44) 3679 1076

CNPJ: 72.540.578/0001-41

8.078/1990 e com o entendimento consolidado no Tema 917 do Supremo Tribunal Federal e Resolução Normativa nº 1.000/2021 (Aneel)

Trata-se de matéria de interesse local, voltada à tutela do consumidor, inserindo-se na competência normativa municipal;

A norma não interfere na estrutura administrativa da concessionária, não altera tarifas e não afronta a regulação federal, limitando-se a estabelecer um procedimento de proteção social legítimo, proporcional e de evidente relevância pública.

Destaca-se pela pertinência social relevante, em consonância com o princípio da dignidade da pessoa humana.

Diante do exposto, conclui-se que o projeto pode tramitar regularmente, com recomendação favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Tapira/PR, 21 de novembro de 2025.

Dr. Joel Zarelli

OAB/PR-61859